

ELEIÇÃO PARA O CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE URUCARÁ – 2013

PROVA DE SUFICIÊNCIA – 24/11/2013

FOLHA DE QUESTÕES

NOME DO CANDIDATO: _____

1) É permitida a venda à criança ou ao adolescente de:

- a) Armas, munições e explosivos;
- b) Bebidas alcoólicas e produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica;
- c) Fogos de estampido e de artifício que pelo seu reduzido potencial sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida;
- d) Bilhetes lotéricos e equivalentes.

2) Assinale a alternativa correta:

- a) É proibida a hospedagem de criança ou adolescente em hotel, motel, pensão ou estabelecimento congênere, ainda que autorizado ou acompanhado pelos pais ou responsável;
- b) A criança poderá, em qualquer hipótese, viajar para fora da comarca onde reside, desacompanhada dos pais ou responsável, sem expressa autorização judicial;
- c) Será exigida autorização judicial para criança viajar quando tratar-se de comarca contígua à da residência dela, se na mesma unidade da Federação, ou incluída na mesma região metropolitana;
- d) Sem prévia e expressa autorização judicial, nenhuma criança ou adolescente nascido em território nacional poderá sair do País em companhia de estrangeiro residente ou domiciliado no exterior.

3) Assinale a alternativa correta:

- a) A função de membro do conselho nacional e dos conselhos estaduais e municipais dos direitos da criança e do adolescente é considerada de interesse público relevante e não será remunerada;
- b) As entidades governamentais e não governamentais de atendimento à criança e ao adolescente não deverão proceder à inscrição de seus programas, especificando os regimes de atendimento, na forma definida neste artigo, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual manterá registro das inscrições e de suas alterações, do que fará comunicação ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária;
- c) As entidades não-governamentais de atendimento à criança e ao adolescente poderão funcionar antes de registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e sem comunicação do registro ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária da respectiva localidade;
- d) As entidades governamentais e não-governamentais de atendimento à criança e ao adolescente não serão fiscalizadas pelos Conselhos Tutelares.

4) As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente forem ameaçados ou violados:

- a) Por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- b) Por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;
- c) Em razão de sua conduta;
- d) Todas as alternativas anteriores estão corretas.

5) São medidas específicas de proteção a serem aplicadas à criança ou ao adolescente em situação de risco:

- a) Encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- b) Matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- c) Apenas a alternativa “b” está correta;
- d) As alternativas “a” e “b” estão corretas.

6) Assinale a alternativa que **não** preveja atribuição do Conselho Tutelar:

- a) Atender as crianças e adolescentes nas situações de risco previstas nos arts. 98 do Estatuto da Criança e do

Adolescente;

- b) Atender crianças que praticaram ato infracional;
- c) Atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando, quando couber, a perda da guarda;
- d) Promover a execução de suas decisões, podendo para tanto, requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.

7) Assinale a alternativa que preveja atribuição do Conselho Tutelar:

- a) Representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.
- b) Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;
- c) Encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;
- d) Todas as alternativas anteriores estão corretas.

8) **Não** é atribuição do Conselho Tutelar:

- a) Providenciar as medidas de proteção estabelecidas pela autoridade judiciária para o adolescente autor de ato infracional, exceto acolhimento institucional, inclusão em programa de acolhimento familiar, e colocação em família substituta;
- b) Requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;
- c) Assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
- d) Representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, antes de esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.

9) É correto afirmar que:

- a) O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente;
- b) O Conselho Tutelar é órgão permanente e submisso ao Poder Executivo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente;
- c) O Conselho Tutelar é órgão permanente e jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente;
- d) O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pelo Poder Executivo de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

10) É correto afirmar:

- a) O procedimento de apuração de irregularidades em entidade governamental e não-governamental de atendimento a criança e ao adolescente terá início apenas mediante portaria da autoridade judiciária, onde conste, necessariamente, resumo dos fatos;
- b) O procedimento de apuração de irregularidades em entidade governamental e não-governamental de atendimento a criança e ao adolescente terá início apenas mediante portaria da autoridade judiciária ou representação do Ministério Público, onde conste, necessariamente, resumo dos fatos;
- c) O procedimento de apuração de irregularidades em entidade governamental e não-governamental de atendimento a criança e ao adolescente terá início apenas mediante representação do Ministério Público, onde conste, necessariamente, resumo dos fatos;
- d) O procedimento de apuração de irregularidades em entidade governamental e não-governamental de atendimento a criança e ao adolescente terá início mediante portaria da autoridade judiciária ou representação do Ministério Público ou do Conselho Tutelar, onde conste, necessariamente, resumo dos fatos.

11) O procedimento para imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção à criança e ao adolescente terá início:

- a) Por representação do Ministério Público;
- b) Do Conselho Tutelar;
- c) Auto de infração elaborado por servidor efetivo ou voluntário credenciado, e assinado por duas testemunhas, se possível;

d) Todas as alternativas anteriores estão corretas.

12) **Não** constitui infração administrativa prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente:

- a) Descumprir, dolosa ou culposamente, os deveres inerentes ao poder familiar ou decorrente de tutela ou guarda, bem assim determinação da autoridade judiciária ou Conselho Tutelar;
- b) Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente;
- c) Hospedar criança ou adolescente com autorização escrita dos pais ou responsável ou da autoridade judiciária, em hotel, pensão, motel ou congêneres;
- d) Comercializar revistas e publicações destinadas ao público infanto-juvenil que contenham ilustrações, fotografias, legendas, crônicas ou anúncios de bebidas alcoólicas, tabaco, armas e munições.

13) Para os efeitos do Estatuto da Criança e do Adolescente:

- a) Considera-se criança a pessoa até doze anos de idade incompletos e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade;
- b) Considera-se criança a pessoa de um até doze anos de idade incompletos e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade;
- c) Considera-se criança a pessoa entre um a doze anos de idade completos e adolescente aquela entre treze e dezoito anos de idade;
- d) Considera-se criança a pessoa até dezesseis anos de idade incompletos e adolescente a pessoa entre dezesseis e dezoito anos de idade.

14) A garantia de prioridade à criança e ado adolescente prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente compreende:

- a) Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude;
- c) Apenas a alternativa “a” está correta;
- d) As alternativas “a” e “b” estão corretas.

15) Assinale a alternativa **incorreta**:

- a) Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação;
- b) É facultativa a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias;
- c) A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis;
- d) Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

16) Marque a alternativa correta:

- a) Ao pai incumbe o dever de sustento dos filhos menores, cabendo à mãe essa obrigação apenas no caso de morte ou falta do pai;
- b) Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação, exceto os adotivos;
- c) Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes;
- d) A falta ou a carência de recursos materiais constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.

17) A respeito da família é correto afirmar que:

- a) Entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes;

b) Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade;

c) Apenas a alternativa “a” está correta;

d) As alternativas “a” e “b” estão corretas.

18) A respeito da colocação em família substituta é correto afirmar:

a) Excepcionalmente, deferir-se-á a guarda, fora dos casos de tutela e adoção, para atender a situações peculiares ou suprir a falta eventual dos pais ou responsável, podendo ser deferido o direito de representação para a prática de atos determinados;

b) A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais;

c) O deferimento da tutela implica necessariamente o dever de guarda;

d) Todas as alternativas anteriores estão corretas.

19) Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

a) Maus-tratos envolvendo seus alunos;

b) Reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;

c) Elevados níveis de repetência;

d) Todas as alternativas anteriores estão corretas.

20) É **errado** afirmar:

a) É proibido qualquer trabalho a menores de dezoito anos de idade, salvo na condição de aprendiz;

b) Ao adolescente portador de deficiência é assegurado trabalho protegido;

c) Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado trabalho perigoso, insalubre ou penoso;

d) Os responsáveis pelas diversões e espetáculos públicos deverão afixar, em lugar visível e de fácil acesso, à entrada do local de exibição, informação destacada sobre a natureza do espetáculo e a faixa etária especificada no certificado de classificação.